

Renegociação de dívida de agricultores

Projeto de César Borges que autoriza o alongamento de dívidas de pequenos agricultores oriundas do crédito rural foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Produtores da região Sul prejudicados pela seca também poderão ser beneficiados. **Página 7**

ACM pede aprovação do orçamento impositivo

Antonio Carlos Magalhães apelou ontem aos senadores e ao Partido da Frente Liberal (PFL) para que aprovelem ainda este ano, pelo menos em parte, sua proposta que transforma, de facultativo em impositivo, o Orçamento da União votado pelo Congresso. **Página 6**



Mercadante: oposição estaria tentando constranger o Supremo

Mercadante condena obstrução oposicionista

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, criticou a postura da oposição de obstruir a votação do Orçamento de 2006 até que seja julgado na Câmara o processo contra o deputado José Dirceu. Disse que oposicionistas agem como tribunal de exceção. **Página 8**

Tebet cobra resposta para "novela imoral"

Ramez Tebet apelou ao Congresso para que ofereça resposta a "essa novela imoral" que o país estaria vivendo desde as denúncias de Roberto Jefferson, em junho. Entre as iniciativas mais urgentes, Tebet sugeriu uma reforma política possível. **Página 5**

"Nosso objetivo é resgatar matérias que não foram votadas por terem sido atropeladas pela crise política", afirma presidente do Senado

Renan e Aldo definem votações do fim de ano



Ao lado de Aldo Rebelo, Renan (E) admite que trabalhos poderão se estender ao período entre o Natal e o Ano-Novo

Os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, definiram ontem uma lista de projetos que serão sugeridos aos líderes partidários para votação até o final do ano. O Senado poderá examinar, entre outras propostas, a

que muda a tramitação das medidas provisórias, a que fixa marco regulatório para o gás e a que recria a Sudene. No âmbito do Congresso, Renan destacou a política nacional do salário mínimo e a sistematização das propostas de segurança pública. **Página 3**



Ademirson (E) é questionado por Efraim Morais e Garibaldi Alves

Assessor defende Palocci

Ademirson Ariovaldo da Silva disse, na CPI dos Bingos, desconhecer existência de caixa dois. **Página 4**

Laço de Valério com os Correios remonta a 2000

Marcos Valério estaria lucrando indiretamente com a conta de publicidade dos Correios desde 2000, apesar de sua agência só ter vencido uma licitação em 2003. Essa foi a conclusão a que chegaram integrantes da CPI. **Página 4**



Membros da CPI dialogam com Abelardo Lupion (sentado ao centro)

Relatório da bancada ruralista é aprovado na CPI

O relatório final acolhido pela CPI da Terra é uma vitória da bancada ruralista sobre os parlamentares que defendem a reforma agrária e o MST. De autoria do deputado Abelardo Lupion, recomenda o indiciamento de três dirigentes de entidades

ligadas ao MST e sugere projeto que define como "ato terrorista" a invasão de propriedade "com o fim de pressionar o governo". Alvaro Dias afirmou que pretende encaminhar às autoridades também o relatório de João Alfredo. **Página 5**



Gerson Camata preside a reunião da Comissão de Educação

Preferência para o software livre

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto de Serys Slhessarenko estabelecendo que equipamentos eletrônicos destinados a escolas e bibliotecas

deverão prioritariamente usar programas de computador abertos. O objetivo da proposta é reduzir o pagamento de licenças de uso de software. **Página 6**

Gasoduto pode ser a solução para a possível falta de energia na região Nordeste a partir de 2009

Tourinho defende a construção do Gasene

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a reativação do Gasoduto Cacimbas-Catu, o Gasene, como solução para a possível falta de energia no Nordeste a partir de 2009. O Gasene deverá transportar gás natural do Sudeste, eliminando inclusive as atuais restrições de abastecimento.

Tourinho alertou para a gravidade da questão energética na região, comprovada por previsões do próprio governo. O gasoduto, cuja execução foi suspensa pela Petrobras, terá capacidade diária de transporte de até 20 milhões de metros cúbicos de gás por dia, gerando mais de 3 mil empregos só na fase de construção, com investimentos de US\$ 1 bilhão.

– Trata-se do maior e mais



Para Tourinho, o Gasene é a obra mais importante no Nordeste desde Camaçari

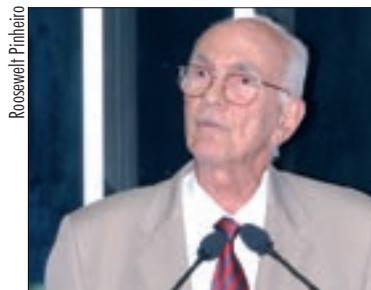
importante investimento no Nordeste desde o Pólo Petroquímico de Camaçari, com efeitos muito mais importantes do que a transposição do São Francisco – afirmou o senador.

Em apartes, Romeu Tuma (PFL-SP) e Efraim Morais (PFL-PB) defenderam o Gasene.

Saturnino lamenta impasse sobre localização de petroquímica no RJ

Roberto Saturnino (PT-RJ) lamentou impasse criado pelo governo do Rio de Janeiro em relação à localização da nova Unidade Petroquímica Integrada (UPI) da Petrobras no estado. Segundo ele, o município de Itaguaí foi eleito por razões técnicas e, no entanto, o governo estadual quer a instalação no norte fluminense.

Para Saturnino, embora a governadora Rosinha Matheus tenha alegado dificuldades ambientais para justificar a mudança, os interesses são “meramente políticos”, já que a região escolhida é “reduto eleitoral do casal Garotinho”.



Saturnino: motivos da disputa são incomprensíveis e inaceitáveis

– Esse impasse pode prejudicar a população e a economia do estado. A perda seria gigantesca, por fatores incomprensíveis e inaceitáveis – alertou o senador.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Medida provisória tranca a pauta do Plenário

A sessão de hoje, às 14h, tem a pauta trancada pela Medida Provisória 261/05, que liberou R\$ 2 bilhões para os ministérios da Previdência Social e da Saúde. O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa

com membros da Marcha em Defesa do Salário Mínimo, às 11h; com o embaixador francês Jean Gliniasty, às 11h30; e participa do lançamento de documentário sobre o jornalista Carlos Castello Branco, às 15h.

Mais dinheiro para o teatro

A falta de recursos para o teatro e a inclusão das produtoras culturais no regime tributário das micro e pequenas empresas é tema de audiência, às 10h, na

Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social. O debate conta com representantes do setor teatral e dos ministérios da Cultura e da Fazenda.



Ex-funcionário do Rural depõe sobre empréstimos a Valério

O ex-superintendente do Banco Rural Carlos Godinho depõe na CPI dos Correios às 11h. Ele denunciou que os empréstimos concedidos ao empresário Marcos Valério pelo banco eram fraudulentos, com a única intenção de

justificar os repasses para políticos. Às 16h, a Sub-Comissão de Contratos da CPI vai ouvir Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, dono da empresa de transporte aéreo Promodal.

CCJ analisa projeto que acelera execução de sentença

Às 9h30, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa projeto de reforma infraconstitucional que une a liquidação e a execução da sentença judicial

como parte da análise do mérito da ação, a fim de dar rapidez à definição e ao cumprimento da sentença. Às 15h, a CPI da Emigração Ilegal tem reunião administrativa.



CPI dos Bingos ouve promotores e delegados

Os promotores e delegados que atuam na apuração do assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, prestam depoimento à CPI dos Bingos, que se reúne depois da CCJ. Serão

ouvidos o promotor Roberto Winder Filho e os delegados Maurício Correia e Elisabete Sato. Ontem, a CPI ouviu testemunhas que confirmaram o caráter político do assassinato de Celso Daniel.



Prioridade aos idosos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa projetos sobre prioridade aos idosos no atendimento em hospitais (PLS 181/03) e dedução do IR nas doações aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente (PLC 51/04).

Programa Agrícola Fronteira Norte

Às 9h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) discute a criação do Programa Agrícola Fronteira Norte, com a presença de representantes dos ministérios da Agricultura, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário, entre outros.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Mão Santa, Roberto Saturnino e Cristovam Buarque e pela senadora Serys Shessarenko

Jefferson propõe mudança na escolha de ministro do STF

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) informou ontem ao Plenário que entregou à Mesa proposta de emenda à Constituição (PEC) mudando a forma de preenchimento do cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a iniciativa, os órgãos de representação da magistratura, do Ministério Público e dos advogados escolherão, mediante eleição, cada um, dois candidatos à vaga, submetendo-os ao Supremo. Entre os seis nomes apresentados, o STF elegerá um deles, por voto secreto e maioria absoluta.

Jefferson explicou que não está sendo guiado pela idéia de retaliá-lo o STF em razão da decisão



Roosevelt Pinheiro

Indicação seria feita ao Supremo pelas classes da magistratura, advogados e MP

que possa tomar em relação ao deputado José Dirceu. Conforme o senador, o Legislativo e o Executivo são constituídos democraticamente, enquanto a escolha dos membros do Supremo é feita pelo presidente da República.

– Ele escolhe o nome e envia ao Senado. Trata-se de uma troca de gentilezas; no final a indicação é aprovada por ampla maioria. Isso não pode continuar.

Paim defende a fixação do novo mínimo em R\$ 400

A reivindicação das centrais sindicais para fixação do novo salário mínimo em R\$ 400 foi apoiada, em Plenário, pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que defendeu a concessão do mesmo percentual de aumento a aposentados e pensionistas. Ele lamentou que, em 2005, essas categorias tenham recebido apenas cerca de um terço do índice destinado aos trabalhadores que percebem um salário mínimo.

Paim também informou ter apresentado, em setembro, pro-



Roosevelt Pinheiro

Paulo Paim quer extensão do mesmo índice a aposentados e pensionistas

jeto de lei estabelecendo que o valor do salário mínimo seja de R\$ 400,40 a partir de 1º de maio de 2006. Outra proposta defendida pelas centrais que é tema de proposição do senador gaúcho é a diminuição da jornada de trabalho sem redução nos vencimentos.

Demostenes: "Lula aposta em promessa não cumprida"

Em meio “a um melancólico fim de linha”, o governo Luiz Inácio Lula da Silva, segundo o senador Demostenes Torres (PFL-GO), teria passado a apostar na reciclagem das promessas não-cumpridas e das “obras impossíveis” assumidas em campanha. Ele citou como exemplo o anúncio, no programa *Café com o Presidente* da última segunda-feira, de uma plataforma de infraestrutura capaz de promover “a redenção econômica” da região Nordeste.

Entre “as belas lorotas de segunda-mão prometidas”, Demostenes mencionou a construção da Ferrovia Transnordestina, um gasoduto, um pólo siderúrgico,



Roosevelt Pinheiro

Demostenes aponta entre as "lorotas" do presidente a Ferrovia Transnordestina

o biodiesel e a transposição de águas do Rio São Francisco.

O parlamentar assinalou a importância dessas iniciativas para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, mas acredita que a referência a esses empreendimentos não passa de palavras vãs do presidente Lula, “cujo certificado de validade venceu com a descoberta do ‘mensalão’ e das malversações gerais do PT”.

Entre as propostas estão reforma política e tributária, mudança no rito das MPs, medidas de segurança pública, desburocratização e recriação da Sudene

Renan e Aldo definem matérias a serem votadas ainda este ano

Os presidentes do Senado e da Câmara, senador Renan Calheiros e deputado Aldo Rebelo, definiram ontem uma lista de matérias que serão sugeridas aos líderes partidários para votação até o fim do ano, inclusive entre o Natal e o Ano-Novo. “Nosso objetivo é resgatar matérias que não foram examinadas por terem sido atropeladas pela crise política”, disse Renan.

Na relação das proposições que o Senado deverá apreciar ainda em 2005 estão a que muda a tramitação das medidas provisórias, a do marco regulatório para o gás, a que regulamenta o pagamento dos precatórios e a que prevê a desburocratização dos serviços públicos. A lista inclui ainda o projeto que recria a Sudene, o da gestão sustentável das florestas públicas e a reforma do Código de Processo Civil.

Entre as propostas de iniciativa das duas Casas, Renan citou a política nacional do salário mínimo, a sistematização das propostas de segurança pública,

além de vetos presidenciais e créditos. Ele anunciou que serão designados hoje os membros da comissão que vai discutir o salário mínimo.

Quanto à segurança da população, o senador explicou que o propósito dos dirigentes do Congresso é votar neste fim de 2005 tudo que for consenso na área de segurança pública, “em função do agravamento da insegurança”. Para tratar da questão será formalizada hoje uma comissão que fará a sistematização dos projetos. Ela terá como membros os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e César Borges (PFL-BA) e os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Alberto Fraga (PFL-DF).

No âmbito da Câmara, estão listadas como prioridades as reformas política e tributária, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, os projetos que criam a Timemania e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de

Educação (Fundeb), o projeto da Super-Receita e o Estatuto da Igualdade Racial, além da proposta que pune com mais rigor a violência doméstica.

Sobre os precatórios, Renan disse que o instrumento perdeu a eficácia. “O direito não existe senão no papel. E o Supremo Tribunal Federal (STF) não pode atender aos pedidos porque os municípios e os estados não têm condições de pagá-los.”

O presidente do Senado enfatizou que as prioridades definidas na reunião com Aldo Rebelo consistem em sugestões para os líderes partidários.

– Falta um mês para votarmos tudo isso. Nosso objetivo é debater essa agenda até o fim do ano, inclusive nos dias que vão do Natal até o Ano-Novo. Faremos absolutamente tudo para votar essas matérias. E se for necessário haver convocação para que possamos dar as respostas que a sociedade cobra, nós vamos tê-la. Mas não falamos ainda de convocação – explicou Renan.

Senador apóia governadores por compensação à Lei Kandir

Renan Calheiros disse ontem que está “firmemente engajado” na reivindicação dos governadores para que sejam incluídos no Orçamento da União os recursos relativos à compensação das perdas dos estados exportadores com a Lei Kandir, que desonera as exportações do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O pleito foi encaminhado pelo governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, recebido em audiência pelo presidente do Senado Federal, acompanhado pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-RS).

– A Lei Kandir prevê um fundo para reposição pela União de parte das perdas dos estados. Isso tem acontecido todos os anos, mas, infelizmente, no Orçamento do ano que vem não existem recursos para repor essas perdas – explicou o governador.

Rigotto ressaltou que, em 2005, estão sendo repostos aos estados R\$ 5,2 bilhões, mas o valor deve ser corrigido para R\$ 10,7 bilhões em 2006, conforme proposta dos



Geraldo Magalhães

Pedido de inclusão de recursos no Orçamento foi entregue a Renan por Germano Rigotto

secretários estaduais de Fazenda. O governador afirmou que entre esses dois valores “há um espaço para entendimento que garanta os bons números das exportações”.

Ele acrescentou que a votação do Orçamento só vai avançar se houver entendimento, e manifestou confiança em que a correção seja feita a partir da conversa que os governadores vêm mantendo com o relator da matéria na Comissão Mista de Orçamento e com os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

Rigotto assinalou que todos os anos “o governo esquece” de colocar no Orçamento os recursos para a compensação dos estados pelas perdas da Lei Kandir, obrigando os governadores a brigar pela inclusão, o que acaba gerando desgaste político desnecessário. Observou também que o governo “está concentrando recursos no próprio cofre e não faz os repasses que são um direito dos estados”. Ele acrescentou que falta uma lei complementar que regulamente os repasses.

Ademirson Silva disse que não teve ou tem qualquer negócio com Ralf Barquete, Rogério Buratti ou Vladimir Poeto, citados nas denúncias de corrupção

Assessor de Palocci nega caixa dois do PT em Ribeirão Preto



Segundo Ademirson, os milhares de conversas eram sobre assuntos pessoais

Em depoimento à CPI dos Bingos, Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro Antonio Palocci, disse desconhecer a existência de pagamento de "mensalão" por empresários à prefeitura de Ribeirão Preto (SP), quando Palocci era prefeito.

– Nunca participei de arrecadação de dinheiro para o PT – resumiu Ademirson, que durante a maior parte do depoimento limitou-se a negar qualquer envolvimento dele ou da chamada “turma de Ribeirão Preto” em supostos esquemas de arrecadação para uma caixa dois do PT.

Diretor do Instituto de Previdência de Ribeirão Preto à época, Ademirson afirmou que “jamais”

manteve negócio com Ralf Barquete (já falecido), Rogério Buratti ou Vladimir Poeto.

Pressionado pelo relator, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que afirmou que Ademirson falou por telefone milhares de vezes com Barquete, Poeto e Buratti, conforme atestam seus dados telefônicos, o assessor respondeu que “as conversas tratavam de assuntos pessoais”.

O presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), observou que as ligações comprovam uma triangulação entre os quatro. Já o líder do PFL, senador Agripino Maia (RN), cobrou de Ademirson “explicações convincentes”.

Tuma: assassinato de Celso Daniel foi crime de mando, com agravantes

Após participar de diligências da CPI dos Bingos em São Paulo, juntamente com os senadores Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) revelou sua convicção de que o assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel não foi um crime político, e sim um crime comum com agravantes. Na sua avaliação, os criminosos eliminaram alguém que atrapalharia um esquema de arrecadação ilegal de recursos.

– Embora Celso Daniel fosse prefeito, foi um crime comum agravado pelas circunstâncias que o levaram à morte – considerou. Tuma rejeitou a hipótese de

Celso Daniel ter sido seqüestrado por acaso. O fato de um bandido ter sido resgatado de uma penitenciária para comandar o seqüestro do ex-prefeito evidenciaria, conforme assinalou, que a operação foi planejada e que o investimento envolvido não foi pequeno.

Em aparte, Magno Malta rejeitou, a exemplo de Tuma, a tese de crime político, considerando tratar-se de crime de mando, encomendado por “pessoas interessadas em auferir poder”. Embora admita haver indícios de mando, Suplicy ponderou que o episódio apresenta alta complexidade e que algumas suspeitas ainda precisam ser comprovadas.



Tuma conclui que o seqüestro e a morte do prefeito foram planejados

“É preciso dar o benefício da dúvida e o direito de defesa aos acusados”, acrescentou.

Romeu Tuma pediu ao governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, a revisão da retirada da Fundação José Sarney do Convento das Mercês, em São Luís, solidarizando-se com o senador José Sarney (PMDB-AP).

Suplicy levará depoimento ao ministro da Justiça

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem em Plenário que enviará ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a degravação de depoimento tomado na segunda-feira pela subcomissão da CPI dos Bingos, presidida pelo senador. Foi ouvido um garçom, que teria presenciado em 2001 conversas entre pessoas que tramavam o assassinato do prefeito de Cam-



Suplicy ouviu de garçom que morte de Toninho do PT foi tramada em 2001

pinas (SP), Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT.

De acordo com Suplicy, a subcomissão, integrada também pelos senadores Romeu Tuma

(PFL-SP) e Magno Malta (PL-ES), ouviu da testemunha (que está protegida sob o codinome Jack) que “cinco ou seis pessoas” planejaram durante três noites seguidas, no Bingo Taquaral, o assassinato do prefeito petista. Suplicy avisou que a subcomissão vai degravar as três horas de depoimento e entregar ao ministro da Justiça na próxima quarta-feira.

– Consideramos muito relevante e sério o depoimento e achamos importante comunicar ao ministro Márcio Thomaz Bastos tudo aquilo que nos foi relatado – explicou o senador.



Sub-relator José Eduardo Cardoso (E) ouve sócios da agência Giacometti e Associados

Agência de Valério estaria lucrando com os Correios desde 2000, diz CPI

O empresário Marcos Valério, apontado como operador do “mensalão”, estaria lucrando indiretamente com a conta de publicidade dos Correios desde 2000, apesar de sua agência, a SMP&B, só ter vencido licitação daquela empresa em 2003.

Essa foi a conclusão dos membros da Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios após o depoimento dos publicitários Dennis Aurélio Giacometti e Iran Castelo Branco, sócios da agência Giacometti e Associados, uma das responsáveis pela publicidade da estatal entre 2000 e 2003.

Os empresários explicaram que, ao vencer a licitação, optaram por uma “aliança estratégica” com a SMP&B, agência de Belo Horizonte à época bastante conceituada no mercado.

Castelo Branco conhecia Cristiano Paz, sócio de Marcos Valé-

rio, e os dois fizeram um acordo verbal, sem contrato assinado, por meio do qual a SMP&B compartilharia com a Giacometti espaço, equipamentos, suporte, pessoal e custos. Em troca, a Giacometti repassaria à SMP&B 50% do que recebesse dos Correios.

Apesar de os sócios terem insistido no argumento de que esse compartilhamento é bastante usual, o sub-relator, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), afirmou que a prática é, no mínimo, estranha, especialmente porque as duas empresas foram concorrentes na licitação, e destacou ainda um outro detalhe: Cristiano Paz é amigo de Pimenta da Veiga, que, à época, era ministro das Comunicações. Para Cardozo, já que existia um “compartilhamento” entre a Giacometti e a SMP&B, o sócio de Marcos Valério pode ter interferido na licitação.

Para Serraglio, ajuste viabilizará votação de relatórios parciais

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), acredita na possibilidade de os relatórios parciais pendentes serem votados amanhã. Ele minimizou o conflito entre governo e oposição a respeito da inclusão ou não de dados sobre a campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) em 1998. Parlamentares da base governista exigiram que a confissão do tesoureiro da campanha de Azeredo ao governo de Minas, Cláudio Mourão, constasse do relatório do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR).

– O que está pendente é a inserção ou não do caso Eduardo Azeredo, e até onde sei o Gustavo concorda com a inclusão. Sobre a inclusão da oitiva do publicitário Duda Mendonça, sem problema nenhum; são fatos públicos; se a pendência é essa, tenho a impressão de que temos como ultrapassar – avaliou.

O sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), tam-

bém acredita no consenso.

– Podemos incorrer em qualquer erro, menos o de ter mais de um relatório, repetindo a tragédia que foi a CPI do Banestado. Isso não vai acontecer de jeito nenhum – afirmou.

Sob a expectativa de ver seu nome incluído no relatório, o senador Eduardo Azeredo voltou a afirmar que sua campanha e a corrupção nos Correios são “coisas diferentes”, já que a campanha – e não ele – pecou apenas pela omissão de dados, cometida pelo tesoureiro.

– Omissão de informações aconteceu em quase todas as campanhas, isso foi assumido até por Duda Mendonça [publicitário que fez campanha para o PT]. Não posso ser o bode expiatório desse problema – ponderou.

O relator passou a manhã analisando requerimentos e afirmou que proporá o arquivamento de alguns, que só “atrapalham e não têm mais por quê”, como os ligados ao tema da CPI do Mensalão, extinta no último dia 16.



Segundo Flexa Ribeiro, obra de Danilo Remor é reconhecida na Amazônia e em todo o país

Flexa Ribeiro lamenta morte de empresário

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou em Plenário a morte do presidente da Federação das Indústrias do Pará e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Danilo Remor. Juntamente com Luiz Otávio (PMDB-PA), assinou requerimento pedindo o envio de voto de pesar à família.

Flexa Ribeiro afirmou que Danilo Remor tem o reconhecimento do Pará, da Amazônia e de todo o Brasil, e elogiou o empresário como pai de família e líder da classe, "por ser conciliador, articulado e respeitado nos segmentos empresariais, político e entre os trabalhadores".

Ideli destaca exemplo de deficiente

Ao registrar que um estudante cego, surdo e portador de uma doença que atrofia membros do corpo sagrou-se campeão nacional da 1ª Olimpíada de Matemática, promovida pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu que o exemplo de superação possa ser utilizado pela classe política.

– Espero que os que ouvem, enxergam e não têm atrofia nos membros possam ter um pouco mais de sensibilidade e um comportamento adequado aos interesses do país.

Estudante da 6ª série da Escola Classe 405 Sul, de Brasília (DF), Paulo Santos Ramos, 12 anos, concorreu com 10 milhões de alunos de mais de 31 mil escolas públicas do país.

Comissão rejeita texto do relator, deputado João Alfredo, que pedia o indiciamento do presidente da UDR, e aprova relatório de Abelardo Lupion, que denuncia líderes do MST

Bancada ruralista vence disputa por relatório final da CPI da Terra

O relatório final aprovado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra – que representou uma vitória da bancada ruralista sobre os parlamentares que defendem a reforma agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – recomenda o indiciamento de três dirigentes do MST e propõe projeto de lei que define como "ato terrorista" a invasão de propriedade "com o fim de pressionar o governo federal".

O documento, de autoria do deputado federal Abelardo Lupion (PFL-PR), foi aprovado ontem, logo após a rejeição do texto apresentado pelo deputado João Alfredo (PSOL-CE), que era o relator da comissão.

Para o presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), tanto o relatório de Lupion, representante da bancada ruralista, como o de João Alfredo, simpatizante do MST, "não são ideais". Ele afirmou que o melhor seria "uma composição que aproveitasse o que há de melhor em ambos os documentos".

– Por essa razão, pretendo encaminhar os dois relatórios às autoridades – declarou Alvaro, ressaltando que, "em termos legais, o que vale é o documento acolhido pela comissão".

No relatório aprovado, recomenda-se ao Ministério Público o indi-



Suplicy (E) e Heloísa Helena em discussão com deputado Lorenzoni, durante exame do relatório

ciamento de José Trevisol, ex-dirigente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca); Pedro Christófoli, também ex-dirigente da Anca; e Francisco Chiavon, dirigente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Os três são acusados de participar de desvios de verbas públicas e de prestações de contas fraudulentas em convênios firmados entre a União e as duas entidades, vinculadas ao MST.

Ao defender um projeto de lei que defina como ato terrorista a invasão de propriedade, o documento menciona que "as ações perpetradas

pelo MST são inaceitáveis perante o nosso ordenamento constitucional, e aterrorizam por meio de invasões as propriedades legalmente adquiridas por cidadãos brasileiros, muitas vezes produtivas".

Para João Alfredo, o documento de Lupion "não faz uma análise da situação fundiária brasileira e desconhece a violência no campo, a grilagem de terras e a exploração do trabalho escravo". Conforme o deputado pelo PSOL do Ceará, "a bancada ruralista não quer a apuração da violência rural provocada por entidades como a União Democrática Ruralista".

Texto aprovado é "reacionário e mantém impunidade", diz relator

Inconformado com a derrota de seu relatório por 13 votos a 8, o deputado João Alfredo (PSOL-CE) se retirou da sala da CPI antes do exame do texto apresentado por Abelardo Lupion (PFL-PR).

– O relatório de Lupion é reacionário, incrimina vítimas da violência no campo e inviabiliza a reforma agrária, mantendo o clima de impunidade – disse João Alfredo. Para Ana Júlia (PT-PA), que também se retirou da sala, o documento do deputado pelo PFL é inaceitável porque tipifica a invasão de terras como "crime hediondo" e equipara os invasores de propriedades rurais aos terroristas das torres gêmeas de Nova York.

– Não posso ser cúmplice dos assassinatos e do trabalho escravo, especialmente sendo do Pará, o estado campeão dessas tragédias no Brasil – protestou.

A CPI discutiu por mais de três horas o relatório de João Alfredo, que, em 800 páginas, apontou a impunidade e a concentração fundiária como as principais causas da violência do campo. Como solução, ele propõe a redução a 35 módulos agrários da extensão permitida às propriedades rurais, e pediu o indiciamento de quatro produtores rurais, entre eles o presidente da União Democrática Ruralista, Luiz Antônio Nabhan Garcia, por incitação à violência, falso testemunho e ameaça.

Sibá lamenta que "intransigência" tenha impedido solução negociada

Dizendo sentir-se constrangido e amargurado, Sibá Machado (PT-AC) lamentou que a CPI da Terra tenha concluído seus trabalhos sem que houvesse um acordo entre seus integrantes. Ao opinar que "a intransigência falou mais alto", ele observou que, mais do que qualquer questão partidária, o que prevaleceu foi a paixão.

Em lugar do parecer do relator, deputado João Alfredo (PSOL-CE), foi aprovado voto em separado do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), que propõe a abertura de processos e investigações contra dez lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

– Tentei de todas as maneiras buscar um entendimento que permitisse a aprovação do relatório de João Alfredo, com a retirada de possíveis excessos e com a inclusão de algumas idéias de Abelardo Lupion. Infelizmente não tivemos abertura para o acordo.



"Não tivemos abertura para acordo, prevaleceu a paixão", observa Sibá Machado



Tebet aplaude Renan e Aldo por sugerirem pauta que atende à expectativa da população

Tebet cobra resposta à sociedade

Ramez Tebet (PMDB-MS) alertou ontem o Congresso Nacional para o vazio que disse ter percebido "no meio da sociedade", em consequência da falta de resposta do Legislativo para "essa novela imoral" que o país está vivendo desde as denúncias de Roberto Jefferson, no mês de junho.

Nesse sentido, o senador aplaudiu a iniciativa dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, que deverão apresentar uma pauta conjunta às lideranças do Congresso com algumas medidas destinadas a responder à expectativa da população diante da crise.

Entre as medidas mais urgentes, Tebet sugeriu uma reforma política possível. "Será que nós vamos disputar as eleições com as mesmas regras que aí estão?", perguntou.

O parlamentar referiu-se à proposta de reforma política encaminhada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Velloso, como uma iniciativa legítima, mas observou que cabe ao Poder Legislativo essa prerrogativa.

Em apertes, Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que o Senado enviou à Câmara, há três anos, ampla proposta de reforma política. Cristovam Buarque (PDT-DF) se solidarizou com Tebet e admitiu que "qualquer dia a gente pode acordar e descobrir que outros agentes tomaram a liderança do projeto político". E Almeida Lima (PSDB-SE) advertiu para os riscos de as próximas eleições se realizarem com os mesmos instrumentos e os mesmos atores, "que poderão cometer os mesmos erros".



Para Papaléo, medida deverá atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o estado

Papaléo defende Zona Franca no Amapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) exigiu do governo maior atenção aos estados do Norte, em especial ao Amapá, com investimentos que possibilitem o desenvolvimento sustentável da região.

O parlamentar apresentou projeto em que propõe a criação da Zona Franca de Macapá e Santana, à semelhança da Zona Franca de Manaus, concedendo incentivos fiscais para atividades industriais consideradas limpas. Com a medida, disse, será possível atrair investimentos nacionais e internacionais.



Muitos idosos têm contraído dívidas impagáveis por meio de crédito consignado, diz Agripino

Agripino: idoso é levado ao endividamento

José Agripino (PFL-RN) manifestou preocupação com o endividamento dos aposentados e pensionistas em razão dos programas de crédito consignado dos bancos brasileiros. Em discurso ontem, ele afirmou que muitas famílias estão sendo sacrificadas em virtude de dívidas que não têm condições de pagar.

– É perversidade pura induzir o velhinho que ganha entre um e dois salários mínimos a tomar um empréstimo para fazer compras muitas vezes supérfluas – alertou o senador.

Proposta aprovada pela Comissão de Educação determina que edital para compra de equipamento eletrônico destinado a escolas dê prioridade a programa aberto de computador

Equipamento adquirido com verba do Fust deve utilizar *software* livre

Os equipamentos eletrônicos destinados a escolas e bibliotecas que vierem a ser adquiridos com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) deverão prioritariamente usar programas abertos de computador. A determinação está contida no projeto de Serys Shlessarenko (PT-MT), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

De acordo com a proposta (PLS 308/05), os editais para aquisição ou financiamento dos equipamentos darão preferência ao *software* livre – aquele “a cujo código fonte se tenha acesso pleno e não oneroso e no qual eventuais alterações não dependam do fornecedor ou do fabricante”.

Para Serys, os programas abertos permitirão reduzir pagamentos com licenças de uso de *software*. Gilberto Goellner (PFL-MT), relator da matéria, concorda com o argumento e observa que o governo já instituiu um comitê técnico, sob a coordenação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, para articular a implementação da matéria.

Como a utilização dos recursos do



Autora do texto acolhido pelos senadores da CE, Serys (no detalhe) afirma que a medida vai reduzir gastos com licenças de uso de *software*

Fust ainda não começou, devido a problemas jurídicos – são mais de R\$ 4 bilhões, em cinco anos de arrecadação –, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) questionou a validade da proposta, antes de emitir seu voto favorável. “Vamos criar uma lei para um fundo que não funciona”, alertou.

A CE aprovou também parecer favorável de Leonel Pavan (PSDB-SC) à proposta da Câmara (PLC 97/05) que institui 2006 como o Ano do Turismo. Dois outros projetos foram



acolhidos: o que declara a escritora Rose Marie Muraro Patrona do Feminismo Nacional (PLC 115/05) e o que institui o Diploma Vladimir Herzog de Direitos Humanos (PRS 82/05), de Valmir Amaral (PTB-DF).

Antonio Carlos cobra votação do orçamento impositivo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo aos senadores para que votem ainda este ano, pelo menos em parte, a proposta de emenda à Constituição de sua autoria que transforma em impositivo o Orçamento aprovado pelo Congresso. Atualmente, o texto votado pelo Legislativo permite que o Executivo decida quais recursos serão efetivamente aplicados.

Com a medida, o senador acredita que o país possa melhorar e o Congresso tenha sua credibilidade restabelecida, pois o mecanismo diminuiria a compra de votos e a corrupção. Antonio Carlos foi apoiado por Leonel



Mecanismo deve diminuir a compra de votos e a corrupção, afirma Antonio Carlos

Pavan (PSDB-SC), Cristovam Buarque (PDT-DF), Tião Viana (PT-AC) e Almeida Lima (PMDB-SE). Tião

Viana disse estar satisfeito que ACM compreenda que a implantação do orçamento impositivo seja feita de modo progressivo, numa decisão pactuada entre governo e Legislativo.

Ainda em seu discurso, Antonio Carlos pediu ao presidente da Caixa Econômica Federal que evite o despejo de 495 famílias do bairro de Vila Serrana, no município baiano de Vitória da Conquista, lembrando que o município é administrado pelo PT.

ACM também comentou as críticas feitas pelo Conselho de Segurança Alimentar (Consea) às políticas sociais do governo Lula.

Eduardo questiona Caixa sobre desconto em emenda

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ontem, em Plenário, à Caixa Econômica Federal que explique os motivos pelos quais as emendas parlamentares ao Orçamento estão sofrendo descontos, por parte da estatal.

– Das emendas empenhadas para



Eduardo pede à Caixa que explique retirada de 2,5% das emendas destinadas aos municípios

os municípios, a Caixa está retirando 2,5%, antecipadamente, a título de custos operacionais – afirmou.

Da tribuna, o senador avisou que a medida está prejudicando os municípios brasileiros, que já se encontram “em uma situação de penúria”. Eduardo também disse ter ouvido notícias de que o desconto estaria sendo feito a mando do Ministério da Fazenda. Ele clamou para que a Caixa e a Fazenda divulguem uma explicação formal sobre os motivos do corte.

– Esse desconto é inexplicável. Não está na hora de tirar recursos dos municípios – protestou.

Saturnino lamenta morte de jornalista

Roberto Saturnino (PT-RJ) lamentou a morte do jornalista Luiz Alberto Bahia, ocorrida na segunda-feira. Bahia tinha 82 anos de idade e trabalhou em diversos jornais, como o *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*.

O senador lembrou que Luiz Alberto Bahia tornara-se um conselheiro dos políticos do Rio de Janeiro e revelou ter recorrido a ele durante sua gestão como prefeito da capital fluminense. Saturnino destacou a atuação do jornalista como chefe de gabinete do então governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, eleito em 1965.

– Bahia articulava a política de maneira sábia e ponderada – afirmou.

Efraim exalta memória de Oswaldo Trigueiro

Efraim Morais (PFL-PB) homenageou ontem em Plenário seu conterrâneo e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, cujo centenário de nascimento é comemorado neste ano.

O senador lembrou que Oswaldo Trigueiro, além de ter sido prefeito de João Pessoa (PB), governador da Paraíba e deputado federal, atuou como embaixador do Brasil na Indonésia, de 1954 a 1956, e foi nomeado procurador-geral da República em 1964. O ex-ministro, que ocupou a presidência do STF de 1969 a 1975, publicou diversos livros.

Para Efraim, Trigueiro é uma das grandes personalidades brasileiras.



Efraim homenageia ex-ministro do STF, cujo centenário de nascimento é celebrado este ano

Assunção Costa



Leomar Quintanilha (C) preside reunião da CMA ao lado de Machado (E) e Benedito Braga

Comissão de Meio Ambiente aprova recondução de diretores da ANA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a recondução de José Machado e de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior à direção da Agência Nacional de Águas (ANA). Os atuais mandatos dos diretores acabam no próximo dia 19 de dezembro. As indicações dependem ainda de exame e aprovação em Plenário.

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), relator da mensagem presidencial (260/05) que apresentou o nome de José Machado, informou que o indicado colaborou para a aprovação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) e se destaca na defesa de matrizes energéticas limpas (energia solar, energia eólica, biomassa, entre outras) – energias renováveis que encontram no Brasil fontes

de grande potencial.

Atual diretor-presidente da ANA, Machado informou que, entre as prioridades da instituição, está o semi-árido nordestino. Disse, ainda, que sua preocupação é construir uma política nacional e um sistema gerencial de recursos hídricos que levem em conta as futuras gerações.

Já o relator da mensagem 261/05, senador César Borges (PFL-BA), que ofereceu parecer favorável ao nome de Benedito Braga, reconheceu que a indicação da Presidência merece aplauso devido à experiência e à competência dos candidatos.

Benedito Braga destacou que o Brasil “desponta no cenário mundial como país das águas”. Para ele, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, levando em conta as diferenças regionais.

Acolhida indicação de Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para o Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem o nome de Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para exercer o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) – órgão do Ministério dos Transportes. A indicação feita pela Presidência da República será ainda submetida ao Plenário.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Mão Santa (PMDB-PI) criticaram, durante a reunião, o desempenho do governo Lula na conservação e na construção de estradas. Já o

presidente da comissão, Heráclito Fortes (PFL-PI), lamentou a influência das empreiteiras na definição do Orçamento da União.

Ao comentar as críticas, Bittencourt afirmou que levará essas questões para as reuniões de diretoria do Dnit. Gilberto Goellner (PFL-MT), Ney Suassuna (PMDB-PB) e João Ribeiro (PL-TO) – este último relator da mensagem presidencial com a indicação do novo diretor – manifestaram apoio a Bittencourt. Todos, porém, chamaram a atenção para a necessidade urgente de investimentos nas estradas brasileiras.

Gerardo Magela



Ao lado de Bittencourt, Heráclito Fortes (D), presidente da CI, faz críticas ao Orçamento

Projeto que autoriza repactuação de débitos de pequenos produtores, no valor de até R\$ 50 mil, está sob intensa negociação entre governo e oposição

Produtores prejudicados pela seca poderão renegociar dívidas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto do senador César Borges (PFL-BA) que autoriza o alongamento de dívidas oriundas do crédito rural de agricultores familiares. Emenda acolhida pelo relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), no texto levado a segunda votação, beneficia com a renegociação produtores da região Sul prejudicados pela seca.

A proposta aprovada em primeiro turno autorizava a repactuação apenas das dívidas de pequenos produtores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo compreendidos na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Podem ser renegocia-

dos contratos no valor de até R\$ 50 mil de mutuários que estejam em dia com suas obrigações ou que regularizem sua situação em até 180 dias após a regulamentação do projeto de lei aprovado.

Como a matéria resultou de substitutivo integral a proposição do autor, o Regimento Interno do Senado prevê votação em turno suplementar. A tramitação do projeto, que ainda será apreciada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), foi marcada por intensas negociações entre oposição e governo, diante do temor manifestado pela área econômica com o impacto fiscal dos benefícios.

Acordo

Para a aprovação do PLS 517/03 no primeiro turno, houve acordo para reduzir o limite de

enquadramento dos contratos – de R\$ 100 mil, conforme o texto original, para R\$ 50 mil. O líder do governo no Congresso, Aloizio Mercadante (PT-SP), ainda tentou restringir o impacto do projeto na fase de emendas que antecedeu o segundo turno, mas o relator rejeitou alteração para reduzir de R\$ 30 mil para R\$ 20 mil a parcela da dívida passível de alongamento.

No final, todos os senadores votaram a favor do parecer de Osmar Dias, inclusive Mercadante. Porém, ele antecipou que vai discutir alterações no projeto na CRA. Ramez Tebet (PMDB-MS) fez apelo para que a proposta seja apreciada rapidamente naquela comissão, como resposta às dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores.

Célio Azeredo



Proposta do senador César Borges (1º à dir.) vai beneficiar agricultores de quatro regiões e de municípios de Minas e Espírito Santo

Adiada votação do projeto sobre depósitos judiciais

Em resposta a apelo do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a deliberação sobre projeto vindo da Câmara que autoriza os estados e o Distrito Federal a escolher, por licitação, a instituição financeira (pública ou privada) em que serão feitos os depósitos judiciais e extrajudiciais caso não exista uma instituição oficial estadual.

A proposta (PLC 73/05), que constava da pauta da reunião de ontem, eleva de 50% para 70% o percentual do valor dos depósitos que devem ser imediatamente levantados pelos estados e pelo Distrito Federal, relativos a demandas judiciais em que esses entes sejam parte do processo. Com acesso a 70% dos valores,

essas unidades federativas estarão equiparadas aos municípios. Os depósitos são feitos em instituições financeiras públicas.

Não há objeções quanto ao aumento da margem de acesso aos recursos, como previsto no projeto. Ao contrário, os senadores, inclusive Mercadante, louvaram a iniciativa pró-isonomia com os municípios. O líder governista quer tempo, no entanto, para avaliar o impacto, para o Banco do Brasil, de mecanismo constante da proposta destinado a autorizar a licitação da instituição financeira.

O relator da matéria, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), considera desnecessária a preocupação manifestada pelo líder. Lembrou que, na Bahia, depois

de privatizado o banco estadual, o Banco do Brasil absorveu a maior parcela dos depósitos judiciais. Para Tourinho, a permissão de licitação vai admitir uma “competição saudável” entre as instituições financeiras.

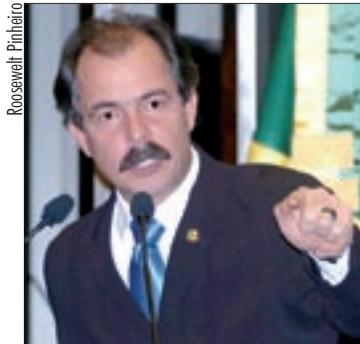
Com relação aos depósitos judiciais, há marcos legais distintos para definir os critérios aplicáveis às três esferas federativas. No que diz respeito aos tributos federais, a União pode dispor integralmente dos depósitos, sem formalidades. Estados têm acesso a 50% e municípios, a 70%, desde que constituam fundo de reserva para garantir a restituição da parcela reclamada pelos demandantes, em caso de decisão judicial contrária aos entes públicos.

Líderes do governo e da oposição e a senadora Heloísa Helena debatem o direito requerido por José Dirceu ao STF e a votação do Orçamento para 2006

Mercadante critica oposição por obstruir votação do Orçamento

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), criticou com veemência a oposição por obstruir a votação do Orçamento da União para 2006 até que seja julgado o processo por quebra de decoro contra o deputado José Dirceu (PT-SP). Mercadante considera essa atitude um “grave precedente” contra os direitos e garantias fundamentais e um atentado ao estado democrático de direito.

Ele afirmou que, ao julgar José Dirceu antecipadamente, a oposição está agindo como um tribunal de exceção, desrespeitando a presunção à inocência e o direito de todo cidadão de recorrer à Justiça quando se



Mercadante afirma que oposição está agindo como um tribunal de exceção

judgar tolhido em seus direitos constitucionais.

Para o líder do governo, a oposição estaria tentando constranger o Supremo Tribunal Federal que, ressaltou, detém

prerrogativas da Constituição de julgar decisões tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo sobre se esses não estariam exorbitando dos poderes por ela conferidos. Disse acreditar na qualificação da STF e no “voto consciente” do ministro Sepúlveda Pertence, que hoje deverá dar o voto de desempate sobre a questão. Mercadante defendeu o direito da acusação ser ouvida antes da defesa.

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) disse que o PT, quando era oposição, usou a obstrução à votação do Orçamento para causas “pouco nobres” e defendeu a obstrução por ser “legal, constitucional e regimental”.

Virgílio quer investigar caixa dois em diretórios do PT

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) cobrou ontem investigações sobre as suspeitas contra diretórios regionais do PT que teriam recebido dinheiro das agências de Marcos Valério, beneficiando-se do caixa dois montado por Delúbio Soares.

Virgílio afirmou que a CPI do Caixa Dois, cujo requerimento já foi lido em sessão do Congresso, deve ser instalada para combater a corrupção nas campanhas. Ele reiterou que a oposição pretende obstruir a votação do Orçamento enquanto o processo de cassação de José Dirceu (PT-SP) não for votado. Sérgio Guerra (PSDB-PE) apoiou a decisão.

Ao comentar rumores sobre



Virgílio observa que possível indicação de Tarso Genro não passaria no Senado

uma possível indicação do ex-presidente do PT Tarso Genro, ao Supremo Tribunal Federal (STF), Virgílio garantiu que tal indicação não passaria no Senado e disse que o governo trabalha

para que a proposta de emenda constitucional (PEC 42/03) – que estende a idade de aposentadoria compulsória no serviço público para 75 anos – seja rejeitada na Câmara. Caso isso aconteça, o ministro Carlos Velloso, do STF, terá que se aposentar em 2006.

Jefferson Péres disse que terá grande prazer em ver o Senado rejeitar uma indicação ao STF pela primeira vez. Já Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que o governo estendeu a idade de aposentadoria para os trabalhadores por meio da reforma da Previdência, mas recusa-se a estender essa idade para o STF só para fazer maioria no tribunal.

Heloísa diz não crer em neutralidade entre os Poderes

Em discurso sobre o processo de cassação do deputado José Dirceu, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse ontem discordar dos que tentam atribuir “um manto de santidade ao aparato judicial”. A senadora revelou que não acata qualquer decisão judicial “porque algumas são injustas e reproduzem o poder político”, acrescentando que já foi vítima “de determinados processos”. Para a senadora, não existe in-



Heloísa Helena revela que não acata qualquer decisão judicial

dependência nem neutralidade entre os Poderes.

– É uma farsa atribuir a determinadas instâncias do Judiciário ou ao Legislativo qualquer neutralidade. O que existe é a aplicação implacável

da lei contra o pobre e a benevolência com os poderosos – disse ela, observando, no entanto, que existem exceções “maravilhosas e corajosas” nos dois Poderes.

Heloísa Helena lembrou que até agora o deputado vinha sofrendo acusações enquanto “todos do governo ficavam caladinhos”. Ela esclareceu que não atribui a José Dirceu a chefia do “mensalão”.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o Superior Tribunal de Justiça deferiu liminar suspendendo a prisão do líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), José Rainha.

Pavan pede que agressor de Dirceu não seja punido

Leonel Pavan (PSDB-SC) fez um apelo ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para que autorizasse a soltura de um senhor de 67 anos que agrediu ontem o deputado José Dirceu (PT-SP), com duas bengaladas, na Câmara.

– Indignado com tudo que aconteceu no país, esse senhor, que se encontrou com José Dirceu nos corredores da Câmara e o atingiu com a bengala, está representando a indignação de milhares de brasileiros – assegurou Pavan.

No início da noite de ontem, o escritor Ysis Hublet, autor da agressão ao deputado José Dirceu, foi liberado pelo Departamento de Polícia Legislativa da Câmara.



Pavan: escritor que agrediu José Dirceu representa indignação de brasileiros

Pavan também comunicou ao Plenário que no período da manhã a Comissão de Educação aprovou projeto de sua autoria instituindo 2006 como o Ano Nacional do Turismo. O senador comemorou ainda a aprovação de substitutivo de sua autoria ao projeto que inclui os produtores dos estados da região Sul entre os que serão beneficiados com a renegociação das dívidas de até R\$ 50 mil.

Ideli comemora melhores índices sociais no Brasil

Ideli Salvatti (PT-SC) comentou ontem o estudo *Miséria em Queda* – uma análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, realizado pela Fundação Getúlio Vargas e divulgado na segunda-feira. A senadora comemorou a diminuição da concentração de renda no país, avaliando que 90% da população brasileira foi beneficiada com as políticas econômica e de transferência de renda adotadas pelo governo federal nos últimos anos.

Segundo Ideli, os 50% mais



Diminuição da concentração de renda no país é ressaltada por Ideli

pobres ampliaram a renda domiciliar *per capita* de 13,2%, em 2003, para 14,1%, em 2004. Já a classe média – que corresponde a 40% dos brasileiros – aumentou sua participação de 40,4%, em 2003, para 41,2%, em 2004. Ideli afirmou que, nos últimos anos, foram os 10% mais ricos que perderam renda.

Mão Santa: governo esconde dados de pesquisa do IBGE

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o entusiasmo do governo federal com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, divulgados pelo IBGE na semana passada, e protestou contra a desistência do grupo Arcelor Brasil de instalar uma usina siderúrgica próxima ao porto de Itaqui, em São Luís (MA). A usina, orçada em US\$ 1,5 bilhão, produziria 3,8 milhões de toneladas de aço para exportação.

Para o senador, tanto a pesquisa quanto o abandono do novo investimento – esse último motivado, segundo Mão Santa, pela forte carga tributária e pela demora na concessão de licenças ambientais



Mão Santa protesta também contra desistência da instalação de usina

– evidenciam as desigualdades regionais no país.

– O governo solta foguetes com dados da PNAD, mas esconde os aspectos vergonhosos da pesquisa. Em relação à renda média mensal dos domicílios brasileiros, uma família do Sudeste ganha em média R\$ 1.620,00 por mês, enquanto no Nordeste essa renda só chega a R\$ 870,00 – disse.